

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	GAL ADD _{20.30}
NIFAP	7164936
DESIGNAÇÃO	d5 ₂₀₃₀ “Cinco Concelhos... e o Dão a Unir”
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Após o diagnóstico sumário do território, e tendo em conta o conhecimento do mesmo, a Parceria, nas suas diversas reuniões, procedeu a uma exaustiva análise crítica, através da SWOT do TI, do que se destaca:

Potencialidades: -Boas acessibilidades ferroviárias e viárias e localização estratégica no acesso à Serra da Estrela, ao Litoral e a Espanha; -Recursos naturais para a produção de energias verdes; -Património rural, natural, arqueológico, industrial, termal, hídrico... -Produtos endógenos certificados e outros com elevado potencial; -Novos empresários agrícolas e aumento do *know-how*; -Renovação e modernização de cooperativas e unidades de produção e transformação; -Organizações setoriais mais interventivas; -Vitivinicultura com grande expressividade na região; -Centro de Estudos Vitivinícolas em Nelas;-Artesanato variado; -Gastronomia tradicional diversificada; -Elevado número de associações desportivas e culturais; -Proximidade a marcas fortes – Viseu, Serra da Estrela e marca Dão; -Oferta turística diversificada: Turismo de Saúde, Circuitos religiosos e culturais, Turismo de Natureza, Gastronomia e Vinhos; -Condições para potenciar novos produtos turísticos: Turismo Criativo e Industrial; Rotas: do Barroco; do Vinho do Dão; da Romanização; dos Caminhos com História, do Megalitismo; Festival: Aldeias em Festa; Geocaching; -Significativa cobertura de instituições do terceiro setor ao nível da infância e da 3ª idade

Fragilidades: -Despovoamento; -Envelhecimento da população ativa, -Falta de mão-de-obra; -Baixos rendimentos; -Debilidade da estrutura comercial com maior incidência nos produtos locais; -Degradação da floresta; -Património natural e construído não valorizado; -Parque habitacional degradado; -Insuficiente ligação entre empresas e sistemas de ensino; -Desarticulação entre as diferentes atividades e produtos turísticos; -Fraco uso dos produtos endógenos na gastronomia e restauração local; -Dificuldades no acesso à terra e ao arrendamento; -Abandono do meio rural pelas camadas mais jovens e qualificadas; -Problemas estruturais na produção e comercialização de alguns dos produtos endógenos; -Custos elevados dos processos de certificação dos produtos e fraca adesão dos produtores; -Estagnação e/ou redução de preços dos produtos de qualidade -Elevada dependência relativamente às energias fósseis; - Uso do automóvel nos fluxos pendulares; - Elevados níveis de GEE; - Baixos níveis de reciclagem dos RSU e industriais; -Dificuldade de acesso das microempresas aos incentivos; -Escassez de empresas de animação e transporte turístico.

Oportunidades: -Proximidade a centros urbanos com maior poder de compra; -Gradual inversão da imagem da interioridade em nova perceção de qualidade de vida -Fluxos migratórios com qualificação; -A crise económica mundial torna atrativo os destinos turísticos nacionais, mais económicos; -Procura externa de experiências diferenciadoras ligadas ao mundo rural; -Aumento da oferta cultural em Viseu Dão Lafões; -Políticas europeias e nacionais de promoção de energias renováveis; de I&D; de qualificação, de educação e de inclusão social e empreendedorismo gerador de emprego; -Abertura de novos mercados e crescente visibilidade de Portugal; -Novas oportunidades para jovens agricultores; - Crescente procura de produtos de qualidade produzidos no interior; -Capacidade de produção de energia eólica, solar e biomassa; -Novos apoios até 2030, com a possibilidade de apoio pelo GAL às diversas atividades socioeconómicas em meio rural, incluindo a floresta; -Aumento da consciência ambiental por parte da população e políticos; -Promoção da investigação entre empresas, ensino universitário e centros de investigação e consequente transferência de conhecimento.

Ameaças: -Rendimento *per capita* inferior à média da UE; -Agravamento das assimetrias entre o litoral e o interior; -Alterações climáticas e riscos associados; -Baixa Natalidade; -Emigração, principalmente dos mais qualificados e jovens; -Concorrência de produtos de outras regiões que podem pôr causa a competitividade dos produtos endógenos; -Subsistema territorial Dão-Lafões fortemente polarizado na cidade de Viseu; -Inadequação dos instrumentos financeiros às necessidades dos microempresários; -Crise económico-financeira provocada pela pandemia e guerra na Ucrânia; -Ausência de políticas fiscais eficazes à fixação de empresas e pessoas.

Tendo por base a análise realizada ao território, apresenta esta parceria seguidamente a proposta de Estratégia de Intervenção e as Ações a implementar no período 2023-2030.

2. Informação constante do Formulário de candidatura, contudo o Território de Incidência (TI) localiza-se na NUT II Centro e na NUTS III Dão-Lafões, é constituído pelos concelhos de Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Sátão, numa área total de 888 km² e que, de acordo com os Censos 2021, tem um total de 55.016 habitantes, distribuídos por 49 freguesias, com caracterização de Rurais. Perfazem uma SAU de 15.264ha (INE;RA2019) e uma Superfície Florestal de 51.018ha (PMDFCI por concelho 2015-2019). Ver pág. 15.

3. A Parceria GAL ADD_{20.30} aceitou o desafio de propor a EDL para este TI, sendo constituída por 49 entidades: a ADD, 12 Associados e 36 Parceiros. Destes, 11 são entidades públicas e 37 privadas. Integram também a parceria, entidades regionais/nacionais, tais como a CAP, CONFAGRI, FELBA, FENAFRUTAS, Estrelacoop, ANCOSE, AASE, Cruz Vermelha Portuguesa, Diocese de Viseu, EAPN Portugal, e IPV, que pela sua relevância setorial, são uma mais-valia para EDL (ver pág.15). A parceria cresce em 3 membros e dois setores (IDI e turismo), informação constante do Acordo de Parceria, anexo no separador Documentos. Todos os signatários da parceria apresentaram comprovativos de atividade e dinamismo. O Acordo constitui-se como elemento agregador da Parceria, definindo um conjunto de normas, consubstanciadas em artigos, que definem a gestão da Parceria GAL ADD_{20.30} e estão alinhados com os princípios de programação do Portugal 2030 e com o instrumento operacional de desenvolvimento, DLBC Rural.

(Estrutura Funcional da Parceria GAL/ADD) “ARTIGO 6.º

A Parceria estrutura-se da seguinte forma:

- a) AG - Assembleia-geral de parceiros constitui-se como o órgão deliberativo dos parceiros e de acompanhamento da EDL;
- b) OG - Órgão de Gestão, constitui-se como o órgão executivo.
- c) ETL – Estrutura Técnica Local, constitui-se como a estrutura de apoio à gestão, implementação e avaliação da EDL.

O Acordo de Parceria assinado em 2015 e atualizado em 24.06.2022, ao definir em formato estatutário, um conjunto de normas, visou determinar claramente as competências de cada órgão da estrutura funcional da parceria, e a respetiva segregação de competências de acordo com o previsto na alínea g) do art.12º: “*Garantir a segregação de competências, aos mais diversos níveis, no desenvolvimento da EDL*”. Os artigos: 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º e 15º, apresentam de forma inequívoca, um conjunto de instrumentos, que aliados às futuras regulamentações dos programas, garantem uma adequada governança nos processos de gestão das verbas públicas, tal como garantiram na implementação das anteriores abordagens LEADER. Tratando-se de uma Parceria já existente tem Órgãos Sociais reeleitos em 22.01.2020 para o quadriénio 2020/2024.

Dinamismo da parceria: A ADD e o conjunto dos seus Parceiros têm uma larga experiência em desenvolvimento local, nomeadamente, em organização de eventos/ações de promoção socioeconómica, dos quais damos alguns exemplos:

Mostras e feiras: os Municípios da TI, a ADD, as associações empresariais (AIRV, AENBEIRA, AEM, Interioriza-te), cooperativas, entidades de setor (Felba, Ancose, EstrelaCoop, CVRDão, AASE, COAPE), agrupamentos de escolas, coletividades culturais, participam/organizam anualmente Feiras do Queijo Serra da Estrela e do Pastor, destinadas aos produtores de queijo e público em geral, Feira/Festa/Mostras do Vinho do Dão, dirigidas aos produtores de vinho e atividades adjacentes e ao

público em geral, Feira do Míscaro, para proprietários florestais e público em geral, Feira dos Santos, destinada também à venda de produtos agrícolas, Feira das Atividades Económicas, para todos os setores, e a Feira da Maçã Bravo de Esmolfe, tendo como alvo os produtores de maçã, artesãos e público em geral. Os municípios fazem-se ainda representar anualmente, com os agentes económicos, em grandes eventos de promoção do território, tal como a BTL.

Seminários/workshops: a ADD, os Municípios, Diocese, Dão Flora, as associações industriais e empresariais, agrupamentos de escolas, as entidades do setor social, organizam frequentemente este tipo de eventos que abarcam os mais variados temas, de acordo com o público-alvo: turismo, floresta, frutos vermelhos, emprego, igualdade do género, voluntariado, violência doméstica, PAC, TIC, fiscalidade, direito do trabalho...

Formação profissional e emprego: a ADD, as associações industriais e empresariais, as cooperativas, os agrupamentos escolares e as entidades de setor, têm promovido formações em diversas áreas: agrícola (alfaias, poda, gestão agrícola...), TIC, liderança e gestão de equipas, formação de formadores, etc. Estas formações têm diferentes públicos-alvo e vão desde os cursos profissionais, à requalificação de mão-de-obra, formação ao longo da vida, formação-ação, criação ativa de emprego. Todas estas atividades referidas e muitas outras, advindas da atividade de cada parceiro, têm como objetivo a valorização do território e do seu potencial humano, contribuindo diariamente para o desenvolvimento rural.

Turismo, património, cultura e desporto: a ADD, os municípios, as associações culturais, os agrupamentos de escolas, a Diocese, o IPV, entre outros, têm implementado e animado ações culturais (teatro/música), rotas temáticas e percursos, estes últimos ligados ao turismo de natureza, dos quais destacamos alguns exemplos, dada a imensidade de oferta a este nível, Rotas: das Águas Milenares; trilho de Gil Vicente; Caminho dos Galegos; de Ryal; Cenários do Passado; do Almançor; do Cabicanca; do Míscaro; passear por Santar e por Nelas; etc. Os destinatários destes percursos são os visitantes e turistas, para além da população local. A generalidade dos percursos envolvem a comunidade local, estimulando a atividade comercial e reforçando o sentido de pertença ao território. As Provas de Orientação Internacional em Aguiar da Beira, têm ganho relevância e trazem milhares de desportistas e visitantes estrangeiros e nacionais a este concelho e concelhos vizinhos, tanto na altura das provas, como durante todo o ano para treinos e reconhecimento do terreno. Na sequência de todas estas atividades, tem sido recuperado e valorizado muito património construído e natural pelos municípios, juntas de freguesia, fábricas de igreja, com o apoio do GAL/ADD, através da Ação 10.2.1.6 do PDR2020 – Abordagem LEADER.

Transversalmente o CEIT trará à parceria o contributo da inovação e do *branding* territorial

4. Diagnóstico da situação do TI:

i. População: O território proposto é constituído por 5 concelhos, numa área total de 888 km², com 55.016 habitantes, distribuídos por 49 freguesias. Da análise da evolução desta população, entre os Censos 2011-2021, verifica-se que o número de habitantes tem sofrido um decréscimo contínuo, situação esta que acompanha a tendência nacional e regional, tal como confirmado pelos valores patentes na Taxa de Variação da População Residente, que é negativa em -4,32% na NUT II Região Centro, -5,56% na NUT III Viseu Dão-Lafões e -7,98% no TI. A Estrutura Etária deste território, tal como na região alargada, caracteriza-se por ter mais idosos do que jovens, traduzindo-se em índices de dependência de idosos e de envelhecimento elevados. A Taxa de Ruralidade é de 76,6% e indica que, 42.143 habitantes residem em localidades com menos de 2.000 habitantes.

ii. Economia e Emprego:

Tecido Empresarial: A taxa de desemprego no TI, diminuiu significativamente no período entre Censos. A dinâmica empresarial (INE, 2021) mostra que no setor não financeiro, existem 6.078 empresas com 17.620 trabalhadores. Na análise por setor de atividade verifica-se que: Setor Primário - Agrícola e Florestal 1.457 empresas/1.684 trabalhadores; Setor Secundário - Indústrias Transformadoras 338 empresas/5.302 trabalhadores, Construção Civil 635 empresas/2.037 trabalhadores; Setor Terciário – Comércio 1.030 empresas/2.819 trabalhadores, Transportes e Armazenagem 186 empresas/1.938 trabalhadores, Atividades Consultoria e Administrativas 893 empresas/1.264 trabalhadores, Alojamento e

Restauração 423 empresas/804 trabalhadores, Atividades de saúde humana e apoio social 329 empresas/661 trabalhadores. Nesta amostra das principais tipologias do TI, constata-se que o setor terciário é o que apresta maior dinamismo. O IPC – Índice de Poder de Compra, permite analisar o dinamismo do território no conjunto da região (tendo por base o valor no continente, 100), assim, em 2021 este indicador era de 70,9; sendo os concelhos de Mangualde (83,4) e Nelas (79,2), que apresenta os valores mais elevados, provavelmente derivado do dinamismo industrial dos mesmos.

Agricultura e Floresta: A Viticultura tem no Vinho do Dão um dos seus principais ex-líbris e constitui-se como uma parcela muito importante da Região Demarcada, tendo dos maiores e melhores vinhedos da região. Sendo a principal produção agrícola do território, é este o produto que melhor o promove e está estruturado em torno de um conjunto de entidades, com conhecimentos técnicos e com capacidade de comercialização. A Fruticultura tem grande peso na produção de qualidade com as DOP Maçã Bravo de Esmolfe e Castanha Soutos da Lapa, IGP Maçã da Beira Alta, nos Frutos Vermelhos, destaca-se o Mirtilo, com aumento do número de explorações, por jovens agricultores, motivados por cooperativas locais, que asseguram apoio técnico e escoamento dos frutos. A Olivicultura, num modo de policultura praticada nas pequenas parcelas, está quase sempre presente quer pelo uso do azeite na Dieta Mediterrânea, quer pelos seus benefícios para a saúde e crescente valorização. Na Ovinicultura, o TI integra a Região Demarcada dos Produtos DOP Serra da Estrela – Queijo, Requeijão e Borrego. É uma atividade muito importante para a economia local, e para a promoção do território. Outro setor fundamental é a Floresta ocupando uma grande parte do TI, tem um elevado potencial produtivo lenhoso, p.e. pinheiro-bravo e manso, castanheiro, carvalhos, que cumulativamente com a coleta de cogumelos silvestres tem um papel de destaque na economia agrícola. A Apicultura está em crescimento, com um significativo aumento de novos produtores e de apiários instalados.

Turismo: Os dados oficiais revelam que o número de unidades de alojamento existentes no TI, entre 2011 e 2021 passou de 17 para 40; a capacidade de alojamento instalada (total de camas existentes) no TI em 2020 representava cerca de 22,6% do total da NUTIII VDL; em 2021; o AL tinha 63 unidades, mais 34% do que o peso dos empreendimentos turísticos. Quanto à oferta de Animação Turística, as atividades ligadas ao touring paisagístico e cultural são oferta de quase todos os agentes, destacando-se a descoberta do património natural e histórico através de rotas temáticas e outros percursos. O Projeto Dão Emoções, do GAL ADD, vem alavancar o turismo, pois objetiva a atração turística ao TI através da promoção e divulgação de produtos endógenos.

iii. Recursos naturais e culturais: Os Recursos Naturais definem a morfologia, condicionam o clima e contribuem para a existência de produtos endógenos únicos e de qualidade DOP e IGP no TI que é atravessado por uma importante rede hidrográfica, com destaque para os rios Mondego e Dão, que dá nome à região e é marca de qualidade; os rios Vouga e Paiva atravessam parte dos concelhos a norte; o elemento água tem ainda outra dimensão ao nível de águas sulfurosas, com relevância nos tratamentos de saúde e de bem-estar – Termalismo. Outro recurso de grande importância é a floresta pelo seu valor ambiental, cinegético, económico e desportivo, destacando-se o *geocaching* que não pode ser dissociado dos afloramentos rochosos que ponteam o TI. Quanto aos Recursos Culturais, conta com uma grande riqueza e variedade patrimonial, quer seja o natural: nascente do rio Dão; “berço” da Maçã Bravo de Esmolfe; o construído: Capela N. Sr.^a Esperança-MN; arquitetónico: solares, arqueológico: Citânia da Raposeira, antas e dolmens ou material: bordados de Tibaldinho; no imaterial: receituário, tradições e memórias de vida. Este património histórico e cultural, rico e diversificado, tem sido alvo de diversas intervenções através da criação de espaços de interpretação museológica e de musealização de lugares arqueológicos. No TI realizam-se manifestações culturais todo o ano, designadamente, teatro, folclore, as Feiras dos produtos de qualidade DOP e IGP, entre outros. Perante os recursos naturais e culturais do TI, existem um conjunto de iniciativas e projetos públicos e privados de que se destacam: PROVERE das Termas Caldas da Felgueira; Centro de Interpretação Vivo do Castanheiro e da Castanha de Aguiar da Beira; Aldeias de Portugal e CRAFT – Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões.

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos: A produção de produtos endógenos é neste território valorizada e reconhecida pelo mercado. Há ainda outros produtos com potencial económico e gastronómico: míscolo, mirtilo, pão, mel, compotas, doçaria conventual, licores e enchidos. Como já referido, durante o ano são organizados certames específicos para a sua divulgação; a par destes

eventos, e numa ótica de cadeias curtas, nos espaços dos Mercados (PDR2020) procederam-se a investimentos para criar áreas condignas onde os agricultores possam vender as hortícolas, frutas, ovos, mísscaros. Ao nível de educação há a necessidade de se investir na formação e qualificação dos RH, em ações de formação adaptadas às necessidades específicas dos formandos e do mercado. As infraestruturas de Ensino Pré-primário, Básico e Secundário abrangem todo o TI. Também nos Serviços Básicos, as infraestruturas de Saúde têm cobertura total. A Ação Social está disseminada pelas freguesias, com resposta sociais de: SAD, Lares residenciais, Creches e Infantários, UCC. Também os municípios criaram um serviço de apoio às famílias sinalizadas, com uma viatura equipada para pequenos arranjos domésticos. O GAL ADD participa ativamente em todas as Redes Sociais e CLDS.

v. Sustentabilidade e Clima: Os princípios orientadores da sustentabilidade territorial (Declaração de Ljubljana Conselho Europa 2003) são quatro: sustentabilidade económica, social, ambiental e cultural; e os objetivos gerais desta EDL, estão alinhados com esses princípios revendo-se neles o trabalho de três décadas neste território rural. A análise sectorial efetuada indica o caminho a seguir perante a alteração dos paradigmas, social e económico, na sequência da pandemia, dos processos migratórios e da guerra, da qual não se preveem as consequências. Estes princípios orientadores têm sido aplicados no TI, através de metodologias participativas com a comunidade, consubstanciadas na criação de infraestruturas sociais, emprego, diversificação da microeconomia ao nível do artesanato, turismo, recuperação e valorização de património. O clima do TI tem dois períodos distintos: verão seco, com temperaturas elevadas e inverno com muita pluviosidade e temperaturas baixas; contudo, as alterações climáticas trazem uma nova realidade, com tempestades, incêndios e temperaturas extremas que destroem culturas, fauna e flora, com consequências graves para a saúde pública e economia rural.

vi. Transição energética e digital: A Transição Energética, traz uma alteração do paradigma de produção e consumo de energia, ou seja, menor dependência das energias fósseis (limitadas) e aposta nas energias renováveis como a solar, biomassa, eólica, etc.; este conceito tem sido amplamente discutido, promovido e incentivado. O TI tem fontes de energia eólica, de biomassa e a solar, sendo esta a mais utilizada por empresas, privados (destacando-se os agricultores) e públicos, Assim constata-se que a transição energética e a digital estão intimamente ligadas, pois esta última é o motor de mudança na transmissão e distribuição de energia, ou seja, menos necessidade de deslocamentos físicos, novos modos de trabalho – teletrabalho, mobilidade dos trabalhadores - nómadas digitais. A maioria dos projetos de investimento têm patente as novas tecnologias, seja para a gestão da exploração agrícola, para desenvolvimento de sites com a modalidade de venda direta agrícola ou turismo. O TI tem boa cobertura de infraestruturas de internet, havendo no entanto, ainda algumas aldeias (as mais isoladas) onde a rede é fraca. Esta será uma situação a ter em conta nomeadamente se quiserem ser polo de atração dos nómadas digitais.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil: A ADD como entidade gestora da Parceria GAL ADD_{20.30} tem um papel fulcral na agregação dos parceiros que a constituem e que representam os principais setores da cidadania local. Desde sempre, e tendo por guia os princípios LEADER, promoveu a coconstrução dos modelos de gestão locais de forma ascendente e participada, metodologia bottom-up; este modelo de governança é também a forma de trabalhar ao nível micro com as comunidades rurais, transformando-as em atores da própria mudança, que leva a uma cidadania consciente e participativa. Disso é exemplo a presente EDL, que foi construída num exercício de cidadania com os parceiros e as populações de cada concelho, numa discussão participada das problemáticas setoriais e incorporação de todos os contributos. O setor social desempenha um papel crucial no apoio às famílias, assumindo de forma criativa a resolução de necessidades de grupos vulneráveis, com projetos inovadores e fora das respostas sociais habituais.

5. Importa destacar os *principais fatores críticos de sucesso e desafios* identificados, associados aos setores mais relevantes no território de intervenção, mais especificamente a População; Economia e emprego; Recursos naturais e culturais; Produção, infraestruturas e serviços básicos; Sustentabilidade e clima; Transição energética e digital e Governança local, Inovação social, cidadania e sociedade civil:

- Ao nível da População verifica-se o que é comum aos territórios rurais de interior: população envelhecida; saldo natural negativo; difícil fixação de jovens qualificados por falta de oportunidades e

baixos salários; situações de desagregação familiar e social, decorrentes de desemprego e empobrecimento. Atendendo a estes problemas e porque os territórios são feitos por pessoas, é assim prioritário contribuir para a empregabilidade e a inclusão socioprofissional; reforçar os níveis de qualificação e de competências, incluindo as digitais; promover a diversidade social e cultural, a inclusão de minorias e o reforço do tecido associativo, da vida comunitária e dos valores da cidadania; o envelhecimento ativo e saudável e a participação social e comunitária, bem como reforçar a atratividade do território e promover a instalação de novos residentes.

- Relativamente à Economia e emprego importa salientar a redução da taxa de desemprego, apesar do contraste existente entre concelhos mais industrializados e os que registam uma menor taxa de industrialização. De realçar o crescimento do rendimento bruto, contudo encontra-se longe de garantir um nível de vida compatível com as exigências atuais.

- O setor agrícola caracteriza-se pela pequena parcela, mesmo nas áreas mais produtivas como a vitivinicultura e fruticultura, pela idade avançada do agricultor, pelo baixo rendimento e sua variabilidade, pela dependência inequívoca ao clima, fazendo ainda baixo uso das novas tecnologias e por uma persistente falta de mão-de-obra. Contudo, é este o setor que determina a qualidade de vida no território, reforçada pela proximidade aos grandes centros urbanos e a infraestruturas de comunicação e culturais. Mas para que possa ser uma realidade em crescimento, é fundamental apoiar uma produção eficiente, em respeito pelo ambiente e pela saúde animal, e por consequência pela humana; promover a biodiversidade; a valorização de ecossistemas agroflorestais; o uso eficiente da água e da energia; práticas culturais inovadoras e adaptadas às alterações do clima; o recurso a métodos científicos produzidos nas universidades e centros de investigação; à formação ao longo da vida; à valorização do trabalho agrícola; à criação de condições complementares fiscais, mobilidade e habitação; promoção da certificação fazendo uso das marcas DOP e IGP; sensibilização dos consumidores, população estudantil e instituições, para o consumo e produção local, reforçando o trabalho que também tem vindo a ser feito pelos GAL neste domínio, estimulando assim os circuitos curtos de comercialização.

- O setor industrial e comercial constitui-se maioritariamente por micro/pequenas empresas, tecnológica e energeticamente ainda ineficientes, criativamente desatentas à evolução dos mercados, demorando a reagir às mudanças, bem como a capacitar eficazmente os seus recursos humanos. Perante estes factos é necessário criar ecossistemas de partilha de informação, bem como de formação ligada a centros de conhecimento universitários ou tecnológicos. A promoção de uma economia circular; o uso eficiente da energia e da água; a inovação de processos; a valorização do trabalho; a captação de trabalho jovem altamente preparado, tal como a qualificação ao longo da vida, o uso dos recursos digitais e a cibersegurança; o trabalho em rede para a resolução deste *deficit*, são alguns dos indicadores a trabalhar para a consolidação destes setores de atividade.

- O setor do turismo e património, encontra-se ainda desajustado face às exigências do mercado, motivado essencialmente pela sua frágil organização, residual trabalho em rede e baixa qualificação dos recursos humanos. Existem ainda situações de património rural e natural degradado, contudo há a realçar os inúmeros investimentos de qualidade financiados pelo GAL ADD ao longo dos anos, representando hoje uma clara mais-valia atendendo à crescente procura deste tipo de turismo ligado aos espaços agrícolas e naturais. Tendo igualmente em conta que a atividade artesanal, é um elemento cultural e patrimonial relevante para a atividade turística, no qual o GAL ADD₂₀₂₀ aliado à CIM, deram um contributo relevante ao executar o projeto “CRAFT – Turismo Criativo”¹, permitindo a sua visibilidade e reforço económico em parceria com as outras atividades do TI.

- Ao nível dos recursos naturais encontramos na floresta, na agricultura e na água os elementos que representam a matriz identitária do território, apesar dos graves problemas de ordenamento e gestão florestal associado à perda de rentabilidade e risco elevado de incêndios, bem como em incipientes reservas de água apesar do TI ser atravessado pelos rios Mondego, Dão e Vouga.

No que à cultura diz respeito o território é depositário de um património histórico construído relevante, desde o arqueológico ao arquitetónico. Apesar desta condição não existe uma rede cultural própria que garanta uma oferta permanente de atividades fazendo uso dos espaços culturais existentes. Neste

¹ <https://craft.visitviseudaolafoes.pt/roteiro/>

âmbito cultural o GAL ADD tem apoiado a valorização de diversos espaços naturais, arquitetónicos e imateriais, através da operação Renovação de Aldeias e da cooperação interterritorial LEADER, designadamente do projeto “Consolidação e replicação Nacional Aldeias de Portugal” ao promover a valorização imaterial e a coesão social de cinco aldeias.

A preservação dos saberes e tradições do mundo rural faz-se também pelo trabalho permanente dos municípios ao persistirem em organizar, feiras e certames dedicados aos produtos, como são as feiras/festas do queijo Serra da Estrela em Penalva do Castelo e Aguiar da Beira, a feira do vinho do Dão em Nelas, a feira das Atividades económicas em Aguiar da Beira, a feira do míscaro em Sátão ou a feira da maçã Bravo de Esmolfe em Penalva do Castelo. Destaca-se também aqui, o trabalho desenvolvido na promoção do artesanato pelo GAL ADD^{20,30} e o desenvolvimento em curso do portal “Dão Emoções” que pretende constituir-se como um *marketplace* estático para promoção e venda de produtos do território, bem como dos seus recursos turísticos.

- No que respeita à Produção, infraestruturas e serviços básicos deve ser realçada a dimensão privilegiada do território ao acolher vários produtos DOP ou IGP, que importa referenciar; o vinho do Dão, a maçã da Beira Alta, a maçã Bravo de Esmolfe, o queijo, requeijão e borrego Serra da Estrela, castanha Soutos da Lapa. Apesar deste registo de produtos certificados, o território apresenta outros de elevado valor, como o azeite, o mel, o míscaro, o pão e a bola de azeite tradicional cozidos em fornos de lenha, para além de uma doçaria tradicional, como as cavacas, os pastéis de feijão de Mangualde ou os Castendos de Penalva do Castelo, entre muitas outras iguarias que se encontram em processo de sistematização no “Manual de Identidade Alimentar do Território Dão Lafões” no âmbito do projeto “Identidade Alimentar em Viseu Dão Lafões” apoiado pelo PNAES aos quatro GAL e CIM. Como se depreende do descrito, a aposta no empreendedorismo e na valorização do potencial endógeno do TI é determinante para a criação de riqueza e fixação de pessoas, principalmente na captação de novos residentes, nacionais ou estrangeiros, pelo que urge medidas fiscais e de habitação ativas. Não menos importante é a aprendizagem ao longo da vida, pelo que é necessário contribuir para que, em rede de parceiros, se garantam as oportunidades de qualificação e requalificação profissional em resposta aos diversos setores de atividade.

- No domínio da sustentabilidade e clima são incontornáveis as implicações decorrentes das alterações climáticas e da redução do ciclo da água com impactos negativos na vida das pessoas e no setor da agricultura principalmente. Pelo exposto é imprescindível promover o uso de energias renováveis aliadas ao seu armazenamento inteligente. A este nível o apoio concedido pelo GAL no âmbito da operação 10211 foi/é um importante contributo. Também aqui importa destacar o interesse da gestão sustentável da água como fator de sucesso da agricultura e da integridade territorial e social. Outro grande desafio prende-se com os ecossistemas e a sua biodiversidade incluindo os florestais, face ao impacto na diferenciação e valorização do TI. Transversalmente, são fulcrais as ações de sensibilização e educação da população e dos mais jovens durante o seu processo educativo.

- Ao nível da transição energética e digital é igualmente inquestionável a necessidade de se adotarem políticas e comportamentos sociais que promovam uma Europa mais verde e hipocarbónica. O desperdício industrial encontra-se a uma longa distância de atingir resultados positivos para o ambiente, sem esquecer o trabalho imenso que ainda é necessário fazer na recolha seletiva de lixo urbanos e industriais e sua reciclagem. Paralelamente ao atrás referido é crucial a transição energética para origens mais limpas e renováveis, principalmente o sol e o vento. Complementarmente a promoção da economia circular e regenerativa é fundamental para a preservação dos recursos do território e a diminuição da pegada carbónica. Neste domínio é primordial atuar na sensibilização dos diversos atores produtivos, como na sensibilização das comunidades e jovens em todo o seu processo educativo, sendo esta a única forma de criar uma consciência coletiva de respeito pelo planeta e por consequência, pela vida. Transversalmente a literacia digital e a cibersegurança são fatores críticos pela necessidade de todos usarem os meios digitais sem dependência de terceiros, bem como as questões da segurança são pertinentes para o sucesso da região.

- Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil. A ADD enquanto ADL e líder do GAL assume-se como ator privilegiado na mobilização dos atores do TI, contribuindo para ações que promovam a cidadania e a participação pública. Para além da ADL, os municípios e a CIM são por lei

entidades coordenadoras da governança local, o que obriga ao reforço da cidadania pela valorização da participação da comunidade na identificação e resolução de problemas. O setor social desempenha um papel crucial nalgumas funções em que o Estado não consegue pelos seus meios garantir resposta, como no apoio à infância e aos idosos, assumindo estas um papel ativo em problemas persistentes. Um contributo importante do GAL decorrente da proximidade ao território e à resolução atenta dos problemas das pessoas, empresas e entidades associativas, cooperativas e municipais, faz-se através dos avisos de concurso e da decisão *in loco*, contribuindo assim para um reforço da coesão social. A cultura é também, um instrumento de cidadania e uma ferramenta para a criação de competências e coesão social, pelo que o trabalho desenvolvido pelos GAL na “Renovação de Aldeias” é um contributo inestimável para promover a memória coletiva e a identidade cultural. Igualmente importante para o reforço do sentido de pertença ao território são a preservação dos elementos patrimoniais naturais e construídos, bem como a atividade associativa e desportiva.

O reconhecimento dos constrangimentos e a identificação dos desafios, em resultado do debate e recolha dos contributos da parceria GAL ADD^{20.30} perspetivou-se como Visão futura para o território “suster o Despovoamento, impulsionar a Competitividade e reforçar a Consciência Ambiental”, contribuindo para o alcance daquele que é, desde a origem da ADD, o objetivo final: Melhorar a Qualidade de Vida e Fixar as Populações Rurais.

Face aos constrangimentos identificados, ao delinear-se a EDL, teve-se presente, entre outros aspetos, a efetiva articulação das políticas setoriais, pelo reforço da parceria local para, em rede e constante diálogo entre todos os parceiros, cumprir com o desígnio dos *Ee (eixo estratégico)*.

i. *Ee*₁ - Comunitarismo, Potencial Humano e Governança

O *Ee*₁ centra-se em dois Domínios de Intervenção, articulando as diversas forças e recursos disponíveis, promovendo a equidade, a inclusão social, a qualificação e a criação de emprego, bem como a valorização do território. Os domínios de Intervenção são: *Di*₁ *Educação para a Valorização do Território e do seu Potencial Humano* e *Di*₂ *Inclusão Ativa e Bem-estar Social*. Dentro do *Di*₁ pretende-se dar enfoque a dinâmicas educativas e formativas que promovam a qualificação, valorização e capacitação das pessoas, reforçando a sua relação com o território, fortalecendo o seu bem-estar social. Entende-se que “valorizar o território” resulta na ampliação do seu *potencial competitivo*, sendo necessário que esse valor seja reconhecido, não só pelos seus residentes, mas também pelos seus *stakeholders*. Tendo em conta que, “toda e qualquer identidade é contruída”, se vale de factos históricos, culturais, geográficos, biológicos, memórias, instituições, faz parte das ações da estratégia o apoio ao desenvolvimento de projetos que incidam no reforço da *identidade local*, e funcionem como uma mola geradora de desenvolvimento social e económico. O *Di*₂ surge com o intuito de originar mudança na forma de pensar, agir e de responder às necessidades das pessoas e da sociedade, tornando o *território inteligente e criativo*, com *soluções integradoras*, utilizando os recursos endógenos, todavia, acompanhadas da introdução de tecnologias e outras formas de *inovação social* que permitam reforçar a atratividade e qualidade de vida nestes territórios. A inclusão social reflete uma aproximação dinâmica (proativa) ao bem-estar [Sandell 1998], ilustra uma nova etapa assente na aceitação e valorização da diversidade, na cooperação entre diferentes e na aprendizagem da multiplicidade, um processo através do qual a sociedade, nas suas mais diversas dimensões, se adapta de forma a poder incluir todos os indivíduos que, por sua vez, se preparam para desempenhar um ou vários papéis nessa sociedade (Guerra, 2012). Pretende-se também através de iniciativas socio culturais e desportivas desenvolver ações e atividades que promovam uma *vida saudável* e um *envelhecimento ativo* em resposta às diferentes necessidades de uma comunidade em contínua transformação.

Objetivos: São objetivos das ações definidas, dotar as pessoas de competências que facilitem a sua inclusão no mercado de trabalho, nos serviços e cuidados de saúde, no sistema de educação e formação, no acesso à habitação condigna, nos sistemas de proteção e segurança, em quadros familiares enriquecedores, em comunidades de pertença diversas (trabalho, residência ou outras), nos programas de combate à discriminação, nas instituições de representação de interesses gerais ou particulares (profissionais, culturais...), visando a sua integração social e a promoção de uma vida ativa e saudável. Este Eixo estratégico vai contribuir para o alcance dos objetivos dos ODS: 1, 3, 5, 10.

ii.Ee₂ – Agricultura, Floresta e Sustentabilidade na Utilização dos Recursos

Na sequência do trabalho realizado no período 2016-2023, no âmbito da Medida10 do PDR2020, importa dar continuidade a uma EDL que potencie a agricultura familiar e de pequena escala, conciliando-a com uma agricultura de cariz mais competitivo, pela *racionalidade dos processos produtivos*, mas também pelo fomento e reforço de redes de escoamento direcionadas, prioritariamente, para o consumo local, potenciando os *circuitos curtos* de comercialização, indo ao encontro do *Pacto Ecológico Europeu* (Green Deal), designadamente pelo reforço da estratégia «Do prado ao prato» (*Farm to fork*). Atendendo a que a agricultura contribui para a coesão social e territorial, enquanto atividade *geradora de emprego* e fixadora de ativos humanos qualificados em territórios mais desfavorecidos, e ainda porque facilita a preservação da cultura e da identidade do território, pela incorporação do saber-fazer ancestral e pela influência na gastronomia, é objetivo desta EDL o reforço dos *Serviços dos Ecossistemas*, no âmbito deste Ee. O conceito de *agricultura sustentável* para a UE não se resume apenas a questões ambientais, inclui também aspetos como a viabilidade económica e a aceitabilidade social, pelo que, a produção agrícola sustentável implica a *adoção de métodos produtivos* que sejam *mais eficientes do ponto de vista ecológico*, utilizando moderada e eficazmente fatores de produção como a água, a terra, produtos químicos fitofarmacêuticos e fertilizantes. É pois crucial o estabelecimento de *parcerias e redes de transferência de conhecimentos* entre os setores produtivos e as universidades, os centros de investigação e de aconselhamento. Esta ação aponta rumo à *Economia Verde*, à *Ecologização*, combinando o conhecimento tradicional, as características, as tradições e as capacidades locais, com tecnologias modernas que são adaptadas às necessidades da pequena escala. Potenciar a transferência de conhecimentos para práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis, visa também, reforçar a importante função que esta atividade desempenha na *preservação dos recursos naturais*, na *redução de GEE*, no *combate à perda de biodiversidade* e na *preservação de paisagens de grande valor*.

No **Di₃** – *Agricultura e floresta ecossustentáveis*, propõem-se ações que visam tornar as explorações agrícolas do território *económica e socialmente sustentáveis*, capazes de gerar rendimento familiar bastante para proporcionar qualidade de vida nesta zona rural e consequente *geração de emprego*. A transição para uma economia verde contribuirá para a resolução de uma grande diversidade de questões, nomeadamente as crises, alimentar e de combustíveis, bem como, a *escassez de recursos naturais*. Complementarmente, o *uso eficiente dos recursos naturais* será uma prioridade transversal, reforçada pela *modernização tecnológica e digitalização*, bem como pelo *uso múltiplo do ecossistema florestal* por forma a contribuir para a *redução de GEE* e para a *inclusão social*. A *sustentabilidade dos recursos* passa também, por uma *gestão eficiente da floresta*, contribuindo para a redução dos riscos a que está sujeita, incêndios, secas, pragas entre outros, pela manutenção da *biodiversidade* e a sua recuperação em zonas em que se perdeu, em resultado da ocorrência de catástrofes naturais. Associada ao *património genético endógeno* e a uma herança cultural, o conhecimento e a inovação permitem a obtenção de produtos de excelência na região. A vasta gama de produtos tradicionais de qualidade, muitos deles reconhecidos enquanto DOP e IGP, impõe o apoio do GAL ADD_{20.30} à sua promoção, ao incrementando do seu consumo e respetiva comercialização. Esses produtos de qualidade não são só agrícolas, resultam também da atividade agroindustrial, daí a necessidade de dar continuidade ao papel que esta parceria tem vindo a desenvolver no apoio a estes produtores, nomeadamente no que concerne ao apoio técnico, licenciamento, implementação de sistemas de qualidade... É imprescindível a realização de campanhas de sensibilização, esclarecimento e promoção destes produtos junto dos consumidores em geral, fruto do desconhecimento do significado da atribuição da certificação, alinhado com a linha de ação 9.2. *Promoção nacional: criar campanhas e estratégias para a promoção do consumo agroalimentar nacional, do Eixo III.2 da Agenda da Inovação para a Agricultura 2030 (AIA 2030)*.

Com o intuito de contribuir para a Redução do impacto ambiental em toda a cadeia alimentar, propõem-se o **Di₄** – *Cadeias Curtas – do prado ao prato* pois entende-se ser uma via privilegiada para os pequenos produtores de poderem escoar os seus produtos, e facilitar o acesso ao consumo de alimentos seguros, diversificados, de época e de qualidade, contribuindo para o Combate do Desperdício Alimentar, conforme o objetivo 4. Do Eixo I. 1 da AIA 2030. As preocupações pelas questões ambientais têm levado igualmente a um interesse crescente por métodos alternativos de comercialização dos alimentos,

designadamente pelo *E-commerce* e mercados locais de produtores. O reforço, estímulo e apoio à estruturação de redes de escoamento baseada nos circuitos curtos de comercialização agro-alimentar constituem oportunidades para criar valor acrescentado no TI. A comercialização de produtos locais através de circuitos devidamente estruturados responde aos três pilares do desenvolvimento sustentável: o *económico*, através da manutenção da economia agrícola proporcionada pelo aumento da procura e pelos baixos custos de transporte associados; o *ambiental*, através da reduzida *pegada ecológica* associada às curtas distâncias de transporte e à manutenção da paisagem agrícola, com benefícios ao nível da preservação do ambiente e da biodiversidade; e o *social*, através da criação de redes de produtores capazes de construir uma oferta de produtos locais organizada face à procura e da sua articulação com uma rede de restaurantes, hotéis e consumidores que assegurem a comercialização, o que contribuirá para a *manutenção/criação de emprego, bem como para assegurar um rendimento justo para os agricultores*. Articulado com a Iniciativa 7. da AIA 2030. Revitalização das zonas rurais, mais especificamente no âmbito da Linha de ação 7.6. *Diversificação económica: incentivar a diversidade de atividades em áreas rurais, através da combinação virtuosa da agricultura, pecuária, silvicultura e turismo, e promover a multifuncionalidade dos sistemas agrícolas e agroflorestais* desenhou-se o **Di₅** – *Atividades complementares à agricultura* visando o apoio a projetos de diversificação da atividade agrícola, associados à atividade turística e de lazer, mirando o incremento da *economia rural, criação de emprego, promoção da ecossustentabilidade e atração de visitantes à região*, implicando a *capacitação das explorações agrícolas para o agro-turismo e turismo de natureza*. A *caça e a pesca em águas interiores*, quer pelas características favoráveis ao seu desenvolvimento, quer pelas potencialidades de que dispõe para o aparecimento de atividades a elas associadas será fator de atenção. A par destas atividades a transformação de produtos agroalimentares, gastronomia, e os serviços ecológicos, são exemplos de iniciativas enquadráveis neste domínio. O **Di₆** – *Ação climática e gestão eficiente dos recursos* pretende ir ao encontro de três dos nove objetivos da PAC^{20,27}: Colaborar na luta contra as alterações climáticas; Proteger o ambiente; Preservar a paisagem e a biodiversidade; contribuindo para “*uma melhor resiliência do TI e dos seus agentes para as alterações climáticas, por uma gestão sustentável dos recursos naturais, pela proteção ambiental e por uma maior valorização dos produtos endógenos*”². A natureza foi, é e continuará a ser uma das principais inspirações para as criações humanas. A Economia Circular é um modelo holístico “*resiliente e restaurador por intenção*”, onde “*nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*” (*Lei de Lavoisier*)”³. Toda a estratégia elaborada pela parceria GAL ADD^{20,30}, pretende um *Crescimento Verde*, o qual, de acordo com o definido pela OCDE, está relacionado com a promoção do crescimento e do desenvolvimento económico assegurando que os recursos naturais continuam a fornecer os serviços ambientais essenciais ao bem-estar humano. Para tal, o *estímulo ao investimento e à inovação na utilização de fontes de energia renováveis*, quer pela sua disponibilidade e pelo seu carácter endógeno no território, são outra das prioridades estabelecidas. Acresce ainda o incremento na implementação de iniciativas de Economia Circular. Pretende-se com este Ee contribuir para o alcance dos objetivos dos ODS: 1; 2; 7; 12; 13; 15.

iii. Ee₃ - Empreendedorismo Empresarial Sustentável e Competitivo

Empreendedorismo Sustentável é importante porque cria soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios sociais e ambientais, promove a responsabilidade social e ambiental, gera empregos e crescimento económico e promove práticas sustentáveis. Perante o exposto a aposta do GAL em manter este Ee demonstra a preocupação em apoiar transversalmente todas as atividades económicas em mundo rural. O atual paradigma obrigará a uma aposta na *Inovação tecnológica e empresarial, integrando-se na EDL como Di₇, sustentado em modelos de negócio digitais para a valorização dos recursos endógenos*. Neste âmbito são imprescindíveis as *parcerias, entre empresas e instituições de ensino e investigação, para inovar e aumentar a capacidade tecnológica*, reforçando a competitividade empresarial. O **Di₈** – *Empreendedorismo inovador, criativo, competitivo, solidário e ambientalmente responsável* visa o *apoio ao desenvolvimento tecnológico nas empresas com base nos recursos*

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020; Sumário: Aprova a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030

³ Como inovar na sua empresa através da Economia Circular, Mariana P. e Costa, abril 2019

*específicos/endógenos do território e nas necessidades da comunidade e do tecido económico local. Complementarmente visa contribuir para o inicialmente referido, sustentabilidade ambiental, ao pretender financiar sistemas ecossustentáveis, modernização tecnológica e eficiência energética. No **DI₉** – Empreendedorismo e apoio às empresas e ao emprego, as questões ligadas à criação de emprego e autoemprego, à constituição de parcerias/redes e à valorização dos recursos humanos assumem um papel de relevo para a sustentabilidade do setor.*

E porque empreendedorismo é dar voz às necessidades do território, está prevista a (ação) A36 – *Apoiar a criação e desenvolvimento de empresas com destaque para as áreas da restauração, alojamento, artesanato e animação turística*, que promovam a adoção de boas práticas e modelos sustentáveis, inclusivos e geradores de emprego, porque, uma vez mais se realça que o desenvolvimento local e a multifuncionalidade e culturalidade são parte do meio empresarial, atendendo a que não está isolado do que o rodeia, devendo assumir compromissos com o desenvolvimento da comunidade de modo sustentável. As questões da digitalização são transversais a todos os instrumentos de apoio, a evolução para a Inteligência Artificial é uma realidade, assim, com o **DI₁₀** - *Digitalização, teletrabalho e nómadas digitais*, visa-se estimular a estruturação de parcerias entre empresas e instituições de I&D para inovar e aumentar a capacidade tecnológica no território, apoiar modelos empresariais que promovam o teletrabalho e apoiar e estimular a presença das empresas rurais em meios digitais – promoção e venda de produtos de valor acrescentado do TI. São assim, transversalmente, preconizadas ações de educação, capacitação e aquisição de competências ao longo da vida estimulando para o trabalho em equipa, para o conhecimento do meio envolvente, para a criatividade, competitividade, inovação, o sentido crítico, entre outros, como as atuais temáticas relacionadas com a *inovação, digitalização, eficiência energética, economia circular, igualdade de género, inserção de emigrantes e minorias no mercado de emprego*, etc. Neste novo ciclo económico é fulcral a aposta na *Bioeconomia*, estimulando as empresas locais a uma maior utilização dos recursos biológicos da terra, bem como dos resíduos, como fatores de produção de alimentos para consumo humano e animal, de produção industrial e de energia. Também a este nível, será necessário recorrer ao apoio das universidades, centros de investigação e tecnológicos no sentido de otimizar a utilização destes recursos renováveis, mas não inesgotáveis. Pretende-se com este Eixo estratégico contribuir para o alcance dos objetivos dos seguintes ODS: 1, 2, 7, 12, 13 e 15.

iv.Ee₄ - Sustentabilidade e coesão territorial

Em harmonia com a Agenda1 do Portugal 2030, também a EDL “coloca as pessoas no centro das preocupações e pretende promover uma sociedade *mais inclusiva e menos desigual*, respondendo ainda aos desafios da *transição demográfica e do envelhecimento*”. As ações previstas no **DI₁₁** *Sustentabilidade demográfica* pretendem: contribuir para mitigar a perda populacional; reduzir a incidência de fenómenos de exclusão, incluindo do desemprego de longa duração, a pobreza, desigualdade e de precariedade laboral especialmente nos jovens, convergindo para os níveis médios da UE. Propõem-se como linhas orientadoras deste domínio: *Promover a empregabilidade, a qualidade e a estabilidade do emprego, privilegiando a atração e a fixação da população jovem* contribuindo para melhorar os níveis de natalidade. Outra ação refere-se, à *promoção de uma gestão ativa dos fluxos migratórios e a integração de imigrantes*, favorecendo a inclusão e a não discriminação. Associado a este **DI** objetiva-se o *apoio a ações de dinamização e animação (desportiva e cultural)*, capazes de alavancar a atração e fixação da população. Com o **DI₁₂** “*Dão Emoções®*” pretende-se reforçar a competitividade do TI, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando o tecido económico para promover a sua convergência, designadamente pela efetivação de *ações de divulgação e promoção de produtos e destinos turísticos, potenciando as marcas “Dão Emoções®”, CRAFT – Turismo Criativo; “Serra da Estrela”, “Vinho do Dão”, “Bravo de Esmolfe” e “Beira Alta”, “Castanha Soutos da Lapa” e ainda os produtos de qualidade (pão, míscolo, azeite, mel, enchidos, ...)*. É objetivo desta EDL apoiar anualmente a realização do *evento turístico intermunicipal, “Aldeias em Festa”*, bem como garantir a manutenção de tradições ancestrais e a preservação de património arquitetónico e arqueológico singular, enquadrado em paisagens privilegiadas ou a novas “interioridades”, consubstanciadas em aspetos como a ligação em rede de alguns territórios. Se o TI possui recursos

turísticos diversificados, não deixa de ser necessário aprofundar a agregação desses recursos em produtos turísticos que configurem uma oferta passível de gerar fluxos, pelo que foi definida como ação *reforçar medidas e estímulos à diferenciação, nomeadamente pela adoção de boas práticas e modelos sustentáveis e inclusivos*, atendendo ao facto da procura turística buscar experiências identitárias e diferenciadoras. Pretende-se *apoiar a criação e promoção de rotas temáticas interconcelhias; o enoturismo, Percursos Pedrestres, de BTT e Touring e ainda as Provas de Orientação*, as quais já vêm tendo adesão significativa nos eventos realizados. É fundamental a articulação da EDL com outras escalas territoriais e respetivas instituições, como potencial fator de valorização da atuação e captação de investimentos, nomeadamente para a *promoção do território como destino de saúde e bem-estar, sustentado nos elementos água e termalismo*. Atendendo ao seu conceito, as “*Smart Villages*” são, por inerência, uma abordagem *bottom-up* facilitadora dos processos transformadores de situações de adversidade em forças de reconstrução vivencial, pelo que, em tudo concordante com a metodologia da Abordagem LEADER. Propõe a parceria, o **Di13**, visando o *apoio à elaboração de estratégias de smart rural/smart villages*, capazes de ultrapassar constrangimentos e dar resposta aos desafios emergentes nas aldeias/comunidades/bairros do território, reforçadas pela *participação em redes nacionais e internacionais de smart rural/smart villages*, nomeadamente no contexto da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural. Este Ee contribui para o alcance dos ODS: 8 e 11.



Toda a EDL foi estruturada tendo subjacente os princípios associados às “Agendas do Bem Comum”, que se querem positivas com objetivos que vão ao encontro do quadro político europeu para o desenvolvimento sustentável, para a transição alimentar e para os sistemas alimentares, contribuindo para a concretização no TI dos conceitos da “nuvem” ao lado, para o que é premente garantir mais ciência e mais conhecimento através da criação/reforço de redes com o sistema de

Ensino e Investigação. Do exposto operacionaliza-se, no quadro constante da questão 9 (pág. 15), a identificação e a contribuição de cada Domínio de Intervenção da EDL para as Necessidades Principais e Complementares do PEPAC, bem como demonstrar o cumprimento dos Indicadores de Resultado aí definidos, aplicáveis ao Eixo 8. Transversalmente é objetivo desta EDL manter ativas iniciativas de Cooperação com GAL internacionais e nacionais, com maior destaque para os da NUT III, ADDLAP e ADICES, na valorização dos recursos comuns e em articulação com o modelo de governança dos diferentes TI em respeito pelas suas especificidades.

6. Este processo de análise prospetiva teve por base o envolvimento dos parceiros, novos e os que transitaram do GAL ADD₂₀₂₀, em diversos momentos: Assembleia-geral de parceiros: 22.06.2022 e 14.07.2023 (aprovação da EDL d5₂₀₃₀), 28.07.2023 AG da ADD; Reuniões Plenárias: 07, 27 junho de 2023; Reuniões com a comunidade: Indústria, Comércio, Serviços, Cooperativismo, Transição energética e digital – 16.06.2023 Mangualde; Sociedade e Território (Desporto, Juventude, Terceira Idade) - 04.07.2023 Sátão; Agricultura, Alimentação, Floresta, Sustentabilidade e Clima - 05.07.2023 Aguiar da Beira e Turismo, Enoturismo, Património e Artesanato - 06.07.2023 Nelas. Assinatura do Acordo de Parceria a 24 de Janeiro de 2015, reconfirmado em AG de junho de 2022 e complementado com as atuais Cartas de Adesão. Entre o final de 2020 e março de 2021 foi efetuada a revisitação da EDL₂₀₂₀ por uma entidade externa, designada de *Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o futuro ADD₂₀₃₀*.

7. A matriz de correlação apresentada visa aferir a pertinência da adequabilidade dos eixos e objetivos estratégicos e a identificação dos elementos-chave da construção da EDL para o novo período de programação, concluindo-se o seguinte:

■ O “Ee₁ - Comunitarismo, Potencial Humano e Governança” da EDL alinha-se, sobretudo, com os objetivos II, V e VI da PAC e com as agendas temáticas 1, 2 e 4 da Estratégia Portugal 2030 (nos domínios da promoção da inclusão e luta contra a exclusão e combate às desigualdades e à discriminação; qualificação dos recursos humanos; e competitividade e coesão na baixa densidade); com as prioridades 6 e 7 da visão estratégica para a Região Centro 2030 (acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais e promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral); bem como com os eixos de intervenção 1, 2 e 10 da visão para a sub-região Viseu Dão Lafões (Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social; Educação e Competências; e Governança Inteligência Territorial e Capacitação Institucional I).

■ O “Ee₂ – Agricultura, Floresta e Sustentabilidade na Utilização dos Recursos” da EDL apresenta um forte alinhamento com todos os objetivos da PAC e com as agendas temáticas 3 (transição climática e sustentabilidade de recursos: descarbonização; sustentabilidade da agricultura e florestas) e 4

Quadro estratégico da EDL		Ee 1. Comunitarismo		Ee 2. Agricultura, floresta e sustentabilidade na utilização dos recursos				Ee 3. Empreendedorismo empresarial sustentável e competitivo				Ee 4. Sustentabilidade e coesão territorial		
Estratégias 2030 e principais domínios / objetivos estratégicos		DI1.	DI2.	DI3	DI4.	DI5.	DI6.	DI7.	DI8.	DI9	DI10	DI11	DI12	DI13
PAC (objetivos específicos)														
i. Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a UE, de modo a reforçar a segurança alimentar				+++	+++	+++	+++							
ii. Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização		+++		+	+	+	+	+++	++		+++			
iii. Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor				+++	+++	+++	+++						++	
iv. Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável		++		+++										
v. Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar				+++			+++	+++	+++					
vi. Contribuir para a proteção da biodiversidade melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens				+++										
vii. Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais		++		+	+	+	+		+++	+++			++	++
viii. Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável			+++	+++				++	+++	+++		++		+
ix. Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais				+++	+	+	+++					++	++	
Estratégia Portugal 2030 (agendas temáticas e domínios estratégicos)														
1 — As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Sustentabilidade demográfica	+	+											
	Promoção da inclusão e luta contra a exclusão		+++											
	Resiliência do sistema de saúde		+											
	Garantia de habitação condigna e acessível		+											
	Combate às desigualdades e à discriminação	++	+							+++		+++		
2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	Promoção da sociedade do conhecimento	+						++						
	Digitalização e inovação empresarial			+++				++						+++
	Qualificação dos recursos humanos	+++												
3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos	Qualificação das instituições													
	Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética	+		++										
	Tornar a economia circular		+	+++				+						+++
	Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais		+										+	
	Agricultura e florestas sustentáveis			+++										
4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente	Economia do mar sustentável													
	Competitividade das redes urbanas													
	Competitividade e coesão na baixa densidade	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++		+++	+++	
Projeção da faixa atlântica														
Inserção territorial no mercado ibérico														
Visão para a Região Centro 2030 (prioridades estratégicas e linhas de ação)														
1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação								+++	+++					
2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral		+						+	+					
3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional														
4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região		++	++					++	+++		+	++	+++	
5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização		++		+++				++						
6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais		+++	+++											
7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral		+++					+++							
8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional		+					++			+++				+++
Visão para a sub-região Viseu Dão Lafões (eixos de intervenção e domínios prioritários)														
1. Sustentabilidade Demográfica e Coesão Social	Envelhecimento ativo e qualidade de vida das pessoas idosas e suas famílias	+++												
	Reequilíbrio demográfico e qualidade de vida	+++										++		
	Inclusão social, dinamização comunitária e cidadania	+						++						
	Saúde													
	Habitação e integração territorial e social													
2. Educação e Competências	Inovação social e organizacional, trabalho em rede e qualificação da intervenção											+++		
	Sucesso educativo e competências da população	++	+++											
	Cultura e cidadania		+++									+++		
3. Inovação, Competitividade e Qualificação	Cooperação e gestão de competências													
	Contexto competitivo e performance empresarial							+++	++	++				
	Dinâmicas Empreendedoras e Diferenciação sustentável do território			+++					+++					+++
	Aprendizagem ao longo da vida, (RE)Qualificação profissional e empregabilidade	++												
	Inovação e Digitalização			+++				+++			+++			+++
4. Ambiente, Transição Energética e Economia Circular	Ciclo da água			+										
	Resíduos sólidos e economia circular			++					++					
	Transição energética			+++					+++					
6. Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil	Capital Natural			+++										
	Alterações climáticas, prevenção e mitigação de riscos			+++										
7. Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade	Cultura e recursos patrimoniais									+++				+++
	Turismo e território	++	+										+++	++
8. Sistema Urbano Policêntrico	Regeneração urbana													
	Serviços de interesse geral		+++											
	Mobilidade sustentável e inteligente													
9. Urbano / Rural: Espaço de oportunidades	Sistemas socio-ecológicos													
	Longevidade e sistemas intergeracionais													
	Novas oportunidades para a próxima geração	++	+++									++		
	Pactos Rurais Urbanos intermunicipais e regionais	++	++								+++	++		++
10. Governança Inteligência Territorial e Capacitação Institucional	Governança Inteligência Territorial e Capacitação Institucional	++	++									++		

(competitividade externa e com a coesão interna: baixa densidade) da Estratégia Portugal 2030. Ao nível da visão estratégica para a Região Centro 2030 destaca-se o alinhamento com a prioridade 5 (adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização). Por último, verifica-se ainda o alinhamento com o eixo 5 da visão para a sub-região Viseu Dão Lafões referente ao Ambiente, Transição Energética e Economia Circular e eixo 6 Alterações Climáticas, Prevenção de Riscos e Proteção Civil.

▪ O “Ee₃ - Empreendedorismo Empresarial Sustentável e Competitivo” apresenta relação com alguns objetivos estratégicos da PAC, II, V, VII e VII, nomeadamente aqueles relacionados com a promoção do emprego e desenvolvimento das zonas rurais; atração de jovens agricultores e aumento da competitividade; bem como com a agenda temática 2 da Estratégia Portugal 2030 (em particular com a promoção da sociedade do conhecimento e digitalização e inovação empresarial) e com as prioridades estratégicas 1 e 4 da visão estratégica para a Região Centro 2030 (relacionadas com as dinâmicas de inovação e com a valorização económica de recursos endógenos e microempreendedorismo). Ao nível da visão para a sub-região Viseu Dão Lafões verifica-se o claro alinhamento com o eixo 3 Inovação, Competitividade e Qualificação e o eixo 4 Inovação e Digitalização.

▪ O “Ee₄ - Sustentabilidade e coesão territorial”, alinha-se com os objetivos VII, VIII e IX da PAC, com a agenda temática 4 da Estratégia Portugal 2030 (no domínio da competitividade e coesão na baixa densidade), com as prioridades 3 e 8 do Centro2030, bem como com o eixo 7 e 9 da visão para a sub-região Viseu Dão Lafões (Cultura, Recursos, Turismo e Atratividade; e Urbano / Rural: Espaço de oportunidades).

Face ao exposto, verifica-se a pertinência do quadro estratégico da atual EDL d5_{20.30} e o seu alinhamento com Agendas macroestratégicas, salientando-se, a importância das novas prioridades na EDL que se verificam relevantes para o território de intervenção da ADD e que estão alinhadas com Agendas prioritárias a nível global, nomeadamente as seguintes: Digitalização; Transição energética e climática; Competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade; Coesão demográfica e social, bem como com os desafios globais da RIS3 do Centro2030, Transição verde, Transição digital e Transição social. As ações planeadas visam o reforço das 4 Plataformas de Inovação, assim como de parte dos Domínios Diferenciadores.

8. O quadro anexo reflete a alocação % da verba FEADER a cada um dos indicadores de Resultado que se espera concretizar com a implementação das ações associadas a cada um dos Ee definidas na EDL GAL ADD_{20.30}. Esta, bem como as metas traçadas tiveram por base o histórico do trabalho do GAL ADD2020 no âmbito da gestão do DLBC Rural PDR2020 e Portugal 2020. Acrescido a este fator, teve-se em conta a capacidade de resiliência e o espírito empreendedor que caracterizam, desde sempre, a população do

TI, mesmo durante os períodos de crise económica e social. Reflexo desta capacidade, foram os reforços financeiros atribuídos aos orçamentos iniciais das EDL em cada QCA.

Resultados esperados EDL GAL ADD _{20.30}	Unidade de Medida	Ee1	Ee2	Ee3	Ee4	Alocação PEPAC (%)
R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	N.º	3	6	8	2	7,5
R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do setor da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	N.º	3	10	10	2	20
R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	N.º				10	10
R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	%	100			100	5
R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	N.º	20			10	2,5
R.9 Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	N.º		30			25
R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	N.º		8		2	10
R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)	MW		0,08	0,048	0,02	10
R.17 Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição	%		0,2			5
R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	%		5			5

9. O Plano de Ação abaixo reflete a proposta Macro da Estratégia DLBC Rural GAL ADD_{20.30.}, que se estrutura em 4 Eixos estratégicos que consubstanciam os enfoques temáticos da EDL, suportados em 13 Domínios de intervenção, a operacionalizar na 2ª fase do processo de qualificação.

Ee e Di		Ee1	Di		Ee2	Di				Ee3	Di				Ee4	Di		
Linhas de Ação OE8 PEPAC		Comunitarismo, Potencial Humano e Governança	Di1	Di2	Agricultura, Floresta e Sustentabilidade na Utilização dos Recursos	Di3	Di4	Di5	Di6	Empreendedorismo Empresarial Sustentável e Competitivo	Di7	Di8	Di9	Di10	Sustentabilidade e Coesão Territorial	Di11	Di12	Di13
			Educação para a Valorização do Território e do Potencial Humano	Inclusão Ativa e Bem-estar Social		Agricultura e florestas ecossustentáveis	Cadeias Curtas – “do prado ao prato”	Atividades Complementares à Agricultura	Di6 – Ação climática e gestão eficiente dos recursos		Inovação Tecnológica e Empresarial	Empreendedorismo Inovador, Criativo, Competitivo, Solidário e Ambientalmente Responsável	Empreendedorismo e apoio às empresas e ao emprego	Digitalização e teletrabalho e nómadas digitais		Sustentabilidade de demográfica	“Dão Emoções®”	Territórios inteligentes (Smart rural /smart villages) e qualidade de vida
Necessidades Principais	PTOE8N1	●	+++	+++	●	+++	+++	+++	+++	●	+++	+++	+++	+++	●	+++	+++	+++
	PTOE8N2	●	++	+	●	+++	+++	+++	+++	●	++	+++			●			+++
	COE8N1	●	+	++	●	+++	+++		+++						●		++	+
	COE8N2				●			+++	+						●		+++	++
	COE8N5				●	+++	+++	+++	++						●		+++	+
	COE8N6				●	+++			++									
	COE8N7	●	++	+++	●	++	++	++	++	●	++	++	++	++	●	++	++	++
Necessidades Complementares	COE1N5				●	+	++	+++	++									
	COE2N1				●	+++	++	+++							●		+++	++
	PTOE2N1	●	++	++	●	+++	+++	++	+++	●	+++	+++	+++	+++	●	++	+++	+++
	PTOE4N1				●	+++	++	+	+++									
	COE4N5				●	++	+	++	+++									
	PTOE4N2				●	+++	+++	+++	+++									
	PTOE6N1				●	+++												
	COE6N4				●	++		+++							●		++	
	COE6N5				●	+++												
	COE6N6				●	++		+++	+						●		+++	++
	COE7N5	●	++	++	●	++	++	++	++	●	++	+++	+++	+++	●	++	++	++
	COE9N5				●	++	+++	++	++	●	++				●			++
	COE9N8	●	+							●	++	+++	++	+	●	+++		++
	PTOTN1				●	+++	+++	+++	+++						●		++	++
	PTOTN2	●	+	+	●	+++	+++	+++	+++	●	+++				●			++
	PTOTN4	●	+	+	●	+++	+++	+	+++	●	++			++	●		+	++
	PTOTN3				●	+++	+++	++	+++						●	++		
Indicadores de Resultado		R.37; R.39; R.41; R.42			R.37; R.39; R.9; R.10; R.15; R.17; R.18					R.37; R.39; R.15					R.37; R.39; R.40; R.41; R.42; R.10; R.15			